

A identificação da violência sexual em crianças e adolescentes no espaço escolar: limites e possibilidades de enfrentamento na voz dos professores

Resumo

O artigo resulta de uma pesquisa de mestrado que elegeu a violência sexual, a sexualidade e a formação de professores em educação sexual como categorias de análise com aporte psicanalítico. Toma essas categorias como produto histórico e dimensão da práxis social humana. Busca a prevenção e identificação da violência sexual na escola e destaca o papel do professor na efetividade dessas ações. Na pesquisa de campo coletamos dados junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS para conhecer o número de crianças e adolescentes atendidos no ano de 2013, vítimas de violência sexual e quais escolas frequentavam. Realizamos entrevistas semiestruturadas com 31 professores que trabalham nas escolas com crianças e adolescentes da mesma faixa etária das vítimas de violência sexual atendidas pelo CREAS, com o intuito de saber como os professores lidam com essa violência que permeia o espaço escolar. A análise evidenciou a dificuldade dos professores em lidar com as questões da sexualidade e da violência sexual presentes em seu cotidiano e a ausência de formação em educação sexual, o que se constituiria numa forte aliada ao enfrentamento dessa forma de violação de direitos.

Palavras-chave: violência sexual; formação de professores; educação sexual

Giseli Monteiro Gagliotto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
giseligagliotto@ig.com.br

Ana Carla Vagliati

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
ac.vagliati@hotmail.com

Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes acontece em todo o mundo, tanto nas esferas institucionais familiares quanto em outros espaços sociais e tem mobilizado diversos segmentos da sociedade, fazendo com que se pense em ações para lidar e enfrentar essa forma de violação de direitos.

Inicialmente, apresentaremos a trajetória histórica que determinou o lugar da criança na sociedade e suas transformações, no que se refere à compreensão do conceito de infância e violência contra crianças e adolescentes no ocidente e no Brasil. Abordaremos o corpo teórico conceitual sobre as formas de violências contra crianças e adolescentes. Apontaremos aspectos da legislação vigente referentes à normatização de ações protetivas de atendimento às vítimas de violência sexual e, também, medidas punitivas aos agressores. Discutiremos a realidade dessa violência nos espaços escolares, a partir dos dados coletados em entrevistas realizadas com professores sobre a concepção e a forma como identificam e lidam com as crianças e os adolescentes que vivenciam esse tipo de violência. Propomos formação em educação sexual numa perspectiva emancipatória com aporte psicanalítico aos professores no sentido de contribuir para suas práticas pedagógicas no âmbito escolar.

O conceito de infância no contexto histórico

A abordagem da violência sexual da criança em nosso país remete ao desenvolvimento da concepção de infância e ao papel que ela assume na sociedade atual. Para Engels (1982) as mudanças ocorridas no tratamento das crianças têm origem na transformação da família em decorrência das modificações produtivas e estruturais na sociedade. Inspirados, nesse autor, buscamos analisar a categoria Infância, utilizando como recurso a ciência histórica.

A ideia de infância não existiu sempre. Até o século XII, a criança vivia pouco, em virtude de infecções e doenças. Os avanços científicos, a partir do século XVI promoveram o aumento da expectativa de vida, diminuindo a mortalidade infantil, trazendo um sentimento de permanência da criança e novas perspectivas no tratamento

dado a ela. Do ponto de vista social, a criança não tinha nenhum valor; havia uma indiferença em relação à infância, o que justifica a prática de abandono de crianças recém-nascidas adotada por muitas sociedades.

Ariès (1978) relata que na Idade Média e na Idade Moderna, até o século XVII, as crianças dormiam na cama dos pais e morriam asfixiadas por acidente. O processo de socialização da criança se dava pelo contato direto com o adulto em ambientes de festas e jogos. No século XV, os reformadores escolásticos foram os responsáveis pela introdução dos estudos sobre a educação para a infância e suas particularidades, a partir da psicologia infantil e de um método que abarcasse esse novo conhecimento. Contudo, isso não era regra para a totalidade das crianças; a maioria tinha uma infância curta, e logo era inserida no mundo do trabalho produtivo dos adultos.

No século XVII, a criança começou a sair do anonimato, passando, aos poucos, a ser representada dentro das famílias. Ariès (1978) infere que a descoberta da infância começou no século XIII e evoluiu no XIV e XV se tornando significativa nos fins do século XVI e durante o XVII. Para o autor novos conceitos sobre a criança emergiram a partir de traço bem definido para as idades infantis.

Na modernidade, a criança deixou de ocupar lugar como resíduo da vida comunitária e passou a ser percebida como ser inacabado e carente, portanto, individualizado.

A infância se constituiu como categoria social na sociedade capitalista entre os séculos XIII e XVII, quando passou a ser vista como dotada de necessidades próprias, merecedora de atenção e intervenções educativas específicas. A partir do século XVII, com a mudança nos modos de produção, a criança começou a ser vista, então, como fator preponderante para a aquisição e manutenção dos bens familiares ou, se não pertencesse a uma família de classe economicamente privilegiada, deveria ser educada para o trabalho.

Há uma tendência a trabalhar com um conceito único de infância, adotando uma concepção abstrata de criança, desvinculada da realidade, que acaba por desconsiderar sua classe social de origem e seu lugar na estrutura socioeconômica. Dessa forma, a ideia

de criança e infância universais se mantêm, desconsiderando as várias infâncias e crianças, condicionadas pelas adversidades de existência. Se, por um lado, a ideia de criança está relacionada a uma etapa do desenvolvimento que antecede à idade adulta, contraditoriamente, a infância está permeada por significações ideológicas que determinam o seu papel na sociedade em que vive. A ideia de infância só tem sentido, portanto, se percebida de acordo com as relações de produção da sociedade em determinada época. Daí a necessidade de tratarmos a criança como ser que se desenvolve dentro de um contexto determinado e contribuirmos para a cultura de sua época histórica.

Por isso, diante dessa nova perspectiva de infância, a educação de crianças pequenas, em nosso país, clama por atitudes que superem as práticas e concepções excludentes e impeditivas de que nossas crianças tenham acesso aos bens conquistados pela humanidade e possam ser respeitadas como sujeito de direito.

As diversas formas de violências contra crianças e adolescentes

Temos como tema central desta discussão a violência sexual, na forma de abuso sexual intra e extrafamiliar. Para melhor compreensão desses e dos demais tipos e formas de violência contra a criança e o adolescente, convém conceituá-los. A *violência física* se caracteriza, como o uso da força física de forma intencional, por um adulto sobre a criança deixando marcas evidentes de lesões cutâneas, hematomas, equimoses, queimaduras e fraturas de todos os gêneros e, em casos extremos, podendo causar a morte. Esta violência atinge normalmente crianças com a faixa etária entre 0 a 3 anos (VERONESE; COSTA, 2006). A *violência psicológica* encontra-se presente dentro das outras formas de violência e é a forma de abuso mais difícil de ser identificada, pois não deixa marcas evidentes. Caracteriza-se em expor a criança e o adolescente

[...] a situações de humilhação e constrangimento, através de agressões verbais, ameaças, cobranças e punições exageradas, conduz a vítima a sentimentos de rejeição e desvalia, além de impedi-la de estabelecer com outros adultos uma relação de confiança (VERONESE; COSTA, 2006, p. 116).

A *negligência* caracteriza-se pela omissão do responsável em prover as necessidades básicas para o desenvolvimento sadio da criança, podendo gerar muitas vezes o abandono. A negligência é um tipo de indiferença “ora, a indiferença é o contrário do amor, do bem-querer, manifestando-se sob a forma de aridez e insensibilidade afetivas” (VERONESE; COSTA, 2006, p. 119). A *violência sexual* segundo Faleiros e Faleiros (2008) se dá:

[...] através do contato físico, ou seja, por meio de carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal, com o pênis ou objetos, masturbação forçada, dentre outros; e sem contato físico, por exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada (p. 39).

A violência sexual pode ser direta ou indireta. A direta se dá por contato físico direto no corpo da criança e pode ocorrer de diferentes formas como beijos, carícias, masturbação, relação sexual, entre outros. Na indireta a criança é convidada e estimulada a assistir filmes pornográficos, nos quais vê e ouve contatos sexuais; o agressor observa a criança nua ou se despindo, às vezes mesmo sem que ela perceba; fotografa a criança para uso erótico posterior e expõe seus órgãos genitais para que sejam apreciados pela criança.

Para Barbosa (2008), a violência sexual pode ser compreendida como:

abuso sexual e exploração sexual comercial; o abuso sexual em intra e extrafamiliar; a exploração sexual em prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais. Essas classificações são consideradas diferentes formas de violência (p. 25).

Por mais que essas formas de violência sejam de difícil constatação; existem indícios de violência sexual que a criança e o adolescente apresentam favorecendo sua identificação. A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência – ABRAPIA (1997) chama atenção para determinados comportamentos indicativos dessas formas de violência:

[...] altos níveis de ansiedade; baixa auto-estima; distúrbios no sono e na alimentação; problemas no aprendizado e dificuldades de concentração; mudanças extremas, súbitas e inexplicadas alterações no

comportamento da criança /adolescente; comportamento muito agressivo ou apático / isolado; regressão a um comportamento muito infantil; tristeza e abatimento profundo; comportamento sexualmente explícito ou presença de conhecimentos inapropriados para a idade; masturbação visível e contínua; brincadeiras sexuais agressivas; relutância em voltar para casa; faltar freqüentemente à escola e ter poucos amigos [...] (p. 28).

Para outras formas de violência que resultam da violência sexual como a psicológica e a afetiva, Gabel (1997) adverte que:

Ninguém contestará que a criança é vítima, ou seja, que ela é sacrificada aos interesses de um outro. Quer-se com isso dizer, porém, que a vítima é sempre portadora de dano? Em matéria de abuso sexual, sabe-se que o traumatismo sofrido pela criança não se pode resumir no ato sexual propriamente dito. [...] as sevícias afetivas são, provavelmente, as mais graves e difíceis de avaliar: sentimento de culpa, angústia, depressão, dificuldades de relacionamento e sexuais na idade adulta etc (p. 9).

Portanto, a violência sexual acarreta uma desestrutura da identidade da vítima relacionada à sua integridade física e psicológica. A gravidade do trauma tem relação com a situação de vulnerabilidade, a idade da criança, a repetição do evento, o tipo de violência, quem é o agressor e o segredo que permeia essa dinâmica. O sofrimento imputado às vítimas é muitas vezes silencioso e pode acarretar desgastes emocionais severos.

Quando a criança é vítima de violência sexual intrafamiliar geralmente já está submetida a outras formas de violência como negligência, violência física e psicológica. O contato frequente com essas formas de violência faz com que a criança tenha dificuldade em diferenciar a agressividade das demonstrações de afeto da figura do agressor, que na maioria das vezes é o pai, o padrasto, o tio ou o avô. Essa dinâmica familiar, de relação de poder do adulto parental para com a criança naturaliza o seu lugar de submissa.

A criança busca uma díade com as figuras parentais em busca de afeto, se oferece como objeto de amor na busca de ser reconhecida como tal. Porém, o adulto abusador responde de outro lugar, oferece uma forma de se relacionar para a criança que busca a sua gratificação sexual. A criança não é, então, levada em conta como um ser em desenvolvimento e frágil que necessita de afeto, mas como um objeto/meio de satisfazer a

excitação sexual do adulto, neste caso, figura parental (SANTOS, s/data, p. 6).

Esta violência revela uma transgressão dos adultos que deveriam proteger e promover os direitos das crianças e dos adolescentes. Não cumprem o seu papel ao se tornarem agentes da violência sexual, e ao tratarem essas vítimas não como sujeitos de desejo, mas como objetos e propriedade de um adulto.

Faleiros e Faleiros (2008) enfatizam aspectos dessa forma de violência a qual:

a) deturpa as relações sócio-afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas; b) confunde, nas crianças e adolescentes violentados, os papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; perde-se a legitimidade da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais; c) inverte a natureza das relações entre adultos e crianças/adolescentes definidas socialmente, tornando-as: desumanas em lugar de humanas; negligentes em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; controladoras em lugar de libertadoras; perversas em lugar de amorosas; desestruturadoras em lugar de socializadoras; d) estabelece, no ser violentado, estruturas psíquicas, morais e sociais deturpadas e desestruturantes, principalmente nos abusos sexuais de longa duração e na exploração sexual comercial (p. 39).

Ressalta-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violência difícil de ser identificada e tem como aliado o pacto de silêncio que envolve agressores e vítimas, pacto este que acaba por se estender aos profissionais, que ficam entre a dualidade de não perceberem o abuso – devido aos mecanismos de ocultação entre vítimas e abusadores – como pela necessidade de colocar uma venda nos olhos – para não enxergar o indesejado (LANDINI, 2011).

A violência sexual e o espaço escolar

Dentre os problemas enfrentados no Brasil, se encontra em destaque a violência sexual contra a criança e o adolescente. A escola é elencada como um espaço efetivo para a construção da cidadania, com vistas na garantia e no respeito aos Direitos

Humanos, que deve acontecer através da educação. Prevenir e combater essa violência, que muitas vezes acontece dentro das casas, locais que deveriam ser espaço de proteção das crianças e dos adolescentes são ações que poderão se efetivar através da escola.

É fundamental o papel das escolas na promoção da saúde, da prevenção, da identificação, da denúncia e dos encaminhamentos dos casos de violência sexual, levando em conta que a criança e o adolescente permanecem grande parte do seu tempo no espaço escolar. Defendemos a necessidade da intervenção da escola como instituição educadora e formadora.

Estudos referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes, com o olhar voltado para a escola e, em especial, para os professores, ainda são escassos. Também há carência de produções científicas sobre ações preventivas lideradas pela escola com aporte psicanalítico.

[...] ainda são poucos os estudos acerca da violência sexual através do olhar da psicanálise e da sua contribuição envolvendo o campo educacional. Parece, no entanto, esta ser uma via possível a partir da compreensão da realidade do abuso sexual vivido pela criança, oportunizando reflexões e habilitando o educador para ações preventivas. Para tanto, é importante que se transmitam aos educadores conhecimentos a respeito deste assunto, a fim de se obter a inclusão do tema prevenção da violência (com relevância da sexual) como temática transversal a ser trabalhada com os alunos (BARBOSA, 2008, p. 56).

O Guia Escolar (2004) destaca a importância da escola em efetivar uma proposta pedagógica que vise o completo desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Aos professores cabe articular a proposta da escola com os pais, no sentido de que se estenda para as casas, estimulando as famílias a manterem relação de confiança com as crianças e os adolescentes. É fundamental ouvir a criança e o adolescente e acreditar no que estão contando para que sintam ter um canal aberto de comunicação com seus responsáveis. O maior ressentimento de muitas vítimas que sofreram violência sexual é ao romper o “muro do silêncio,” não serem acreditadas.

Liborio e Camargo (s/data) ao adentrarem no eixo da prevenção da violência sexual destacam

[...] a importância da participação da escola no enfrentamento a esta problemática, pois nele é apontado o papel da escola no trabalho de educar crianças e adolescentes sobre os seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra a violência sexual, no sentido de possibilitar que as crianças e adolescentes tenham apoio e sejam protegidos com ações educativas com vista à autodefesa, à conscientização e à valorização de suas etapas de crescimento [...] (p. 7).

A escola deve e pode ser uma parceira de peso de todas as pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual, no sentido de ajudar a romper o pacto de silêncio que cerca essa violência. Seu papel se constitui na prevenção do problema - ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade -, como também na identificação, auxiliando, no caso de detectar essa agressão, a encaminharem ao atendimento adequado para que voltem a ter uma vida mais saudável e feliz.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinado em 1990, ampara a denúncia, estabelece princípios para o enfrentamento da violência e assegura a proteção integral à criança e ao adolescente:

Essa proteção está expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em seu artigo 5º, que reflete a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989: 'Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais' (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.16).

Assim:

A obrigatoriedade, presente na legislação brasileira desde 1990, quando da decretação do Estatuto da Criança e do Adolescente, alterou substancialmente as relações médico/paciente e professor/aluno. A partir de então, passou a ser exigida uma postura mais protetora por parte de ambas as categorias profissionais (LANDINI, 2011, p.88-89).

O fato de muitos profissionais-professores não possuírem formação inicial e/ou continuada, em educação sexual, dificulta o trabalho de prevenção e identificação de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Muitos professores se sentindo

despreparados para lidarem com tais situações, em caso de suspeita ou de confirmação da violência, deixam de fazer a notificação obrigatória.

O como da pesquisa

A pesquisa de campo partiu de coleta de dados junto ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, que nos forneceu o número de crianças e adolescentes em atendimento durante o ano de 2013, vítimas de violência sexual. Obtivemos a informação das escolas nas quais essas estudavam. Constatamos o número de 32 (trinta e duas) crianças e adolescentes e verificamos que estudavam em diversificadas escolas municipais e colégios estaduais do município. Assim, realizamos entrevistas com professores que trabalhavam nas referidas escolas frequentadas por essas crianças e adolescentes vítimas de violência. Convém salientar que os professores não foram previamente informados que tínhamos conhecimento de alunos vítimas de violência sexual na sua escola. Nosso intuito foi no contato com esses professores identificar o que sabiam e faziam acerca da violência sexual no âmbito escolar.

Utilizamos como técnica de coleta de dados, a entrevista semiestruturada, destacada por Triviños (2006) como um dos principais meios que enriquecem a investigação. O questionário elaborado para as entrevistas tinha questões referentes à prevenção, identificação da violência sexual e às dificuldades que tais ações implicam. Perguntava aos professores sobre o tratamento da sexualidade junto aos alunos, se estes consideravam importante a educação sexual na escola como forma de prevenção à violência sexual.

Fomos, inicialmente, ao Núcleo Regional de Educação - NER, representante das escolas estaduais e à Secretaria de Educação, representante das escolas municipais apresentar a pesquisa e buscar autorização para desenvolvê-la nas escolas. Ao chegarmos a cada uma das escolas, primeiramente esclarecíamos os propósitos da pesquisa. Aos professores apresentamos um termo de consentimento para utilização das informações obtidas com as entrevistas. No termo de consentimento havia informações acerca do estudo e os objetivos da pesquisa, também o nome e telefone da pesquisadora para

contato. Todos os professores entrevistados autorizaram a utilização das informações obtidas.

A pesquisa realizada foi bibliográfica e de campo, classificada como qualitativa, que “tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave” (TRIVIÑOS, 2006, p. 128).

A elaboração do questionário foi baseada nas questões norteadoras desta pesquisa. E, por fim, os dados coletados foram analisados a partir do método materialista histórico-dialético que possibilita a compreensão da realidade humana como complexa e necessária de ser estudada, pensada e assim compreendida em seus mais diversos e contraditórios aspectos. Por questões éticas os nomes dos professores não foram divulgados. Eles escolheram codinomes relacionados a algo que gostavam ou se identificavam.

Entrevista: com a voz, os professores...

Na pergunta referente ao trabalho dos professores com a violência sexual, a maioria relatou ter dificuldades tanto na identificação quanto na prevenção alegando a ausência de formação inicial e continuada na área:

“Eu procuro distância desses casos” (Professor Conselheiro). “Eu não estou preparada para ver coisas que venham ao encontro disso” (Prof). “Nós não temos formação para lidar com esse fato. É complicado” (Companheira). “[...] nós não estamos bem preparados para esse trabalho, falta muita formação nessa área, uma formação própria para trabalhar com esses casos, coisa que aqui não tem” (Prof. Amigo). “[...] se a gente tivesse uma formação mais voltada para essa área ficaria mais fácil de estar identificando, conversando” (Isabel).

A fala dos professores apresenta a dificuldade em lidar com a violência sexual. Landini (2011) adverte que não se pode deixar de pensar no despreparo dos profissionais para trabalhar com educação sexual na escola e também com a violência sexual. Para um efetivo trabalho, esses profissionais tem que conhecer essa forma de violência, além

disso, ter criticidade ao trabalhá-la; que saibam lidar com a revelação e estejam abertos para conversar sobre sexualidade.

Quando questionamos sobre a sexualidade, destacaram a dificuldade em compreendê-la e em lidar com ela:

“A sexualidade já não é um assunto tranquilo de lidar, é um tabu muito grande e você falar sobre abuso é ainda pior, bem pior, muito difícil” (Ouvinte). “Sinto dificuldade em trabalhar a sexualidade porque na verdade nós professores não estamos preparados, não temos um curso, um aperfeiçoamento para a gente trabalhar com esse assunto ou então, quando você se depara tem que passar por cima, fazer de conta que não viu porque se você for levar a diante ou você manda para fora ou manda para a coordenação; vai fazer o que?” (Amiga).

A questão da formação dos professores no que se refere à sexualidade implica, necessariamente, a busca por conhecimento em educação sexual que impulse novas intervenções frente à violência sexual.

Discutir violência sexual significa, necessariamente, discutir sexualidade com os adolescentes. Pensar possíveis soluções para o problema da violência sexual implica pensar crianças e adolescentes como sujeitos ativos – proteger da violência e do abuso não significa isolá-los do mundo (real e virtual), mas prepará-los para lidar com essas situações. Para tanto, a abertura para falar sobre sexualidade é imprescindível (LANDINI, 2011, p. 97-98).

Figueiró (2006) ao refletir sobre a questão da sexualidade explícita que a escola, enquanto instituição educadora e formadora, não pode mais fugir de seu papel e ignorar as questões sexuais emergentes de todos que a ocupam. Não se pode acreditar que apenas informações biológicas e palestras uma vez ao ano estarão suprimindo essa necessidade educacional, tanto de profissionais que atuam nela quanto dos alunos que a frequentam. Apresenta-se, assim, a fundamental importância do domínio teórico na área de educação sexual que possibilite ao professor aperfeiçoar sua prática. Para ter sentido, teoria e prática devem andar juntas.

Quando questionados sobre a importância em ter educação sexual na escola e se essa educação poderia prevenir ou ajudar a compreender casos de violência sexual,

afirmaram a importância e acreditam que possa ajudar nos casos de violência. Contudo apontam para a necessidade de formação:

“Eu concordo que esteja lá no currículo, que seja trabalhado até porque a violência contra a criança aumentou bastante, aumentou não na verdade ela sempre existiu, mas camuflada. [...] A Educação Sexual tem que acontecer, mas tem que ter pessoas bem capacitadas para isso, não adianta dizer que o professor é capacitado, [...] então de repente não seja interessante ter só a Educação Sexual presente no currículo, mas também uma formação para o professor” (Marlene). “Eu acho que a educação sexual pode sim ajudar nos casos de abuso sexual. Eu acho ótimo, mas com uma sexóloga mesmo, não para qualquer professor que pegue a aula porque tem, tem que ser uma pessoa preparada para poder ajudar essas crianças” (Amiga). “Com certeza a Educação Sexual contribui, porque dependendo da idade a criança nem sabe pelo que está passando, então com as informações que ela recebe na escola ela pode descobrir o que é que está acontecendo com ela e de repente chegar e conversar com alguém, então isso contribui sim, desde que tenha uma formação o professor da turma mesmo pode estar trabalhando, agora se não tem daí seria o caso de outras pessoas” (Isabel).

Por isso defendemos a formação continuada desses profissionais, em educação sexual, por se constituir num campo rico de possibilidades para a prevenção e identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes. Cabe destacar que a educação sexual defendida é aquela que Figueiró (2006) define como emancipatória, que possibilita ao indivíduo se educar sexualmente, se compreender como sujeito de sexualidade e, assim, vivê-la na sua plenitude. Para isso, é essencial a construção da liberdade sexual, não mais cercada pela culpa, pela opressão, pelo autoritarismo, pelo controle, e, sim, uma educação que venha a contribuir para a supressão dos preconceitos, das desigualdades e da violência sexual.

A escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as manifestações da violência. Dentre os problemas mais pungentes que temos enfrentado no Brasil, estão as diversas formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes. A análise desse quadro social revela que as marcas físicas

visíveis no corpo deixam um rastro de marcas psicológicas invisíveis e profundas. Combater a teia de violência que muitas vezes começa dentro de casa e em locais que deveriam abrigar, proteger e socializar as pessoas é uma tarefa que somente poderá ser cumprida pela mobilização de uma rede de proteção integral em que a escola se destaca como possuidora de responsabilidade social ampliada (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.7).

Barbosa (2008), Faleiros e Faleiros (2008), Guia Escolar (2004) e Liborio e Camargo (s/data) apontam a escola como instituição importante e estratégica na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. No âmbito da identificação e da prevenção, se encontram questões importantes a serem pensadas. No que tange à identificação, a notificação é estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente; quanto à prevenção, há a quebra de tabus para com um tema que envolve particularidades do sujeito, como a sua sexualidade. Os dois casos, o da identificação e o da prevenção requerem que os profissionais envolvidos saibam como lidar com as questões da violência sexual e estejam abertos para conversar sobre sexualidade. Ainda no aspecto da prevenção, há uma classificação apresentada em três fases, dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS): prevenção primária, secundária e terciária. A prevenção primária diz respeito à eliminação ou redução de todos os fatores que favoreçam, de alguma forma, a violência contra crianças e adolescentes, atuando nas suas causas. Visa, como alternativa para tais ações, a capacitação das pessoas envolvidas diretamente com as crianças e os adolescentes, como pais e professores. A prevenção secundária, que diz respeito ao impedimento dos atos de violência e/ou sua repetição, fazendo uma detecção precoce; atua em situações já existentes. Já, a terciária, se refere ao acompanhamento integral da vítima e do agressor por profissionais capacitados.

Landini (2011) coloca ainda mais ênfase ao despreparo dos profissionais da educação diante dos casos de violência sexual:

Duas questões muito sérias são colocadas para a escola e os profissionais da educação: a notificação compulsória estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos e a prevenção da violência sexual. Tanto em um quanto em outro caso requer-se do profissional que tenha conhecimento das principais características da dinâmica da violência sexual, que saiba lidar com a

questão da revelação do abuso ou exploração e que esteja aberto para conversar sobre sexualidade (p.101).

Também o Guia Escolar (2004), ao tratar do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, enfatiza o necessário papel da escola. Acredita que uma formação em educação sexual para os professores e alunos poderá efetivar a identificação e a prevenção dos casos de violência sexual, contribuindo, inclusive para o rompimento do pacto de silêncio que comumente ronda tais formas de violação.

Professores devem estar atentos para sinais que demonstrem a violência sexual contra seus alunos, entendendo que nem sempre são visíveis através de marcas físicas.

No eixo da prevenção fica bem clara a importância da participação da escola no enfrentamento a esta problemática, pois nele é apontado o papel da escola no trabalho de educar crianças e adolescentes sobre os seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra a violência sexual, no sentido de possibilitar que as crianças e adolescentes tenham apoio e sejam protegidos com ações educativas com vista à autodefesa, à conscientização e à valorização de suas etapas de crescimento [...] (LIBORIO; CAMARGO, s/data, p.7).

A Abrapia (1997) chama a escola ao seu papel e determina que “identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor” (p. 6). Na escola, o aumento do comportamento agressivo, a falta de interesse em brincar, dormir e estudar são indicativos de que algo esteja acontecendo.

O abuso sexual é desvelado pelos excessivos sinais e sintomas que a criança apresenta, através de atitudes e expressões verbais e não verbais emitidas por sintomas, gestos e palavras, tais como: mudança repentina de comportamento, busca de isolamento, reações agressivas, apresentação de masturbação exacerbada, de distúrbios do sono e da alimentação, além da presença de assaduras na genitália, alergias, dor, etc. (BARBOSA, 2008, p.47).

A psicanálise, na educação, se apresenta como alternativa para prevenir e identificar a violência contra as crianças e os adolescentes.

[...] enfrentamento do grave problema da violência sexual contra a criança junto aos profissionais da educação, já que, após o círculo

familiar, a escola se mostra como um lugar privilegiado de expressão dos sinais desta violência sofrida pela criança. Por tal razão, considero estratégico o papel das escolas na identificação, na denúncia, nos encaminhamentos e, principalmente, na prevenção destes casos (BARBOSA, 2008, p.12-13).

A sensibilização e o conhecimento científico contribuirão para educar o olhar dos professores, para identificar sinais de abuso que não deixam marcas físicas, além de aperfeiçoar suas habilidades de registro e de escuta e capacidade de abordar essa temática.

A violência sexual é uma dominação perversa que um maior exerce sobre um menor, sendo, na maioria das vezes, mantida em segredo. Pode se constituir em manipulação psíquica de longa duração e causa consequências permanentes, das quais a vítima não sabe como se livrar, permanecendo imobilizada. É uma violência normalmente repleta de medo e muito sofrimento, se constituindo, ao mesmo tempo, em violência psicológica.

A violência psicológica situa-se no conceito geral de violência como uso ilegítimo da autoridade decorrente de uma relação de poder. Assim, no lugar de oferecer a proteção, que é o seu dever, o adulto se relaciona com a criança por meio da agressão verbal ou psicológica e do domínio, substituindo e invertendo o papel que dele se espera. Essa inversão da proteção em opressão configura uma 'despaternalização', ou seja, a negação das funções sociais e pessoais dos papéis de pai e mãe, do poder familiar, muitas vezes ancorada em uma tradição autoritária da disciplina (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.37).

A participação da escola no enfrentamento desta problemática deve começar ensinando às crianças e adolescentes sobre seus direitos, assegurando, assim, ações preventivas contra a violência sexual. Os professores devem criar condições de apoio e proteção aos alunos através de ações educativas que visem à autodefesa, à conscientização e à valorização das etapas do seu desenvolvimento.

Considerações finais

Na revisão bibliográfica encontramos as mais diversas formas de violência que as crianças e os adolescentes foram submetidos ao longo do tempo. Nos dias atuais, mesmo

com grandes conquistas em relação aos direitos humanos, estamos muito longe da dignidade humana, pois todos os dias crianças e adolescentes são vítimas de alguma forma de violência.

A análise das respostas dos professores referente à sexualidade e à violência sexual nos levou a constatação da significativa ausência de qualquer tipo de formação nestas áreas. A formação em educação sexual com temática da violência sexual inexistente nos cursos de formação inicial e continuada ofertada aos professores entrevistados. Estes por sua vez enfatizam o seu despreparo para ações efetivas frente a essas formas de violência. Daí a importância de estudos aprofundados envolvendo a legislação vigente, que vem assegurar os direitos e a proteção da criança e do adolescente (ECA), e das produções científicas e didáticas (Guia Escolar) - material de apoio que visa auxiliar os profissionais da educação; apresenta métodos para a identificação de sinais de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. No processo formativo é possível uma apreensão crítica das questões referentes à sexualidade, à educação sexual e à violência sexual, em toda a sua complexidade. A formação contribui para que o professor possa identificar e prevenir as inúmeras formas de violação aos direitos das crianças e dos adolescentes, com ênfase na violência sexual.

Referências

ARIÈS, Philipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção - guia de orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

BARBOSA, Gabriella Ferrarese. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola: um olhar da psicanálise e da saúde pública**. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Subjetividade nas Práticas das Ciências da Saúde, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2013.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 17.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1982.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível**. – Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel. (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

GABEL, Marceline (org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

GUIA ESCOLAR. **Métodos da identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 163 p, 2004.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. – São Paulo: Cortez. – (Coleção educação e saúde; v.4), 2011.

LIBORIO, Renata Maria Coimbra; CAMARGO, Luciene dos Santos. **A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Perspectiva de Profissionais da Educação das Escolas**

Públicas Municipais de Presidente Prudente. (s/data). Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/gt23-1810--int.pdf>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

SANTOS, Giselle de Souza. O que se passa no interior das famílias em que ocorre a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes? In: **Revista nº 24 Abusos na Infância.** (s/data). Disponível em: <<http://www.apccuritiba.com.br/artigos/ed-24-o-que-se-passa-no-interior-das-familias-em-que-ocorre-a-violencia-sexual-intrafamiliar-contracrianças-e-adolescentes/>>. Acesso em 16 de abril de 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. – 1. ed. – 14. reimp. – São Paulo: Atlas, 2006.

VERONESE, Josiane Rose Petry; COSTA, Marli Marlene Moraes da. **Violência Doméstica:** quando a vítima é criança ou adolescente – uma leitura interdisciplinar. – Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.